



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 44, DE 2011

Altera o art. 155 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para estabelecer penas alternativas no caso de furto de coisa de pequeno valor.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 155 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, passa a vigor com a seguinte redação:

“Art. 155.

.....

§ 2º Se o criminoso é primário, e é de pequeno valor a coisa furtada, o juiz deverá aplicar uma das seguintes penas:

I – admoestação verbal;

II – prestação de serviços à comunidade, por até 1 (um) ano;

III – medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo, pelo prazo de até 1 (um) ano.

.....

§ 6º O agente da conduta prevista no § 2º deste artigo, salvo se houver concurso com outros crimes de maior gravidade, será processado e julgado na forma dos arts. 60 e seguintes da Lei 9.099, de 26 de setembro de 1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Criminais.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposição pretende despenalizar o furto de coisa de pequeno valor em atenção ao princípio da insignificância.

Isso porque, segundo a advogada voluntária Sônia Regina Arrojo e Drigo, que atua em nome da Pastoral Carcerária, ao relatar a situação de uma mulher presa em flagrante por mais de um ano pela tentativa de furto de um frasco de xampu e de um condicionador, juntos avaliados em R\$ 24,00:

Não é uma questão de punição do ponto de vista penal. É social. Essas pessoas não são perigosas, não pegam em armas, não agredem ninguém. Essas pessoas têm dificuldade de lidar com a incapacidade financeira. Hoje, você tem uma questão de propaganda de xampus, comida, iogurtes e roupas que é insuportável. É muito difícil você resistir. Isso não justifica pegar nada que seja dos outros. Mas uma vez que não deu pra resistir a essa vontade, isso é um problema que deveria ser levado a um serviço social. (...) Muitas dessas mulheres têm um perfil único. São sempre pessoas com grande dificuldade financeira, de baixa escolaridade e com uma dificuldade muito grande de se colocar no mercado de trabalho.

[Agência Brasil: Pastoral Carcerária defende mudança na lei de pequenos furtos, 25.05.2009, disponível na internet: <http://noticias.cancaonova.com/noticia.php?id=273041>, acesso em 15.12.2010]

A intenção ao propormos esta modificação legislativa é que se alivie a pressão sobre o sistema carcerário brasileiro, já bastante inchado pelo crescente número de ingressos, deixando que apenas crimes realmente ofensivos à sociedade sejam combatidos com penas de reclusão. O pequeno furto deve ser combatido, porém o encarceramento de delinquentes pode ter, em nosso entendimento, um resultado reverso, ao colocar indivíduos ainda sem total comprometimento moral em contato com reais criminosos em celas superlotadas, prejudicando sua recuperação.

A imposição de penas alternativas, que possuem caráter pedagógico, tem maior efetividade na correção destes indivíduos que o puro encarceramento. Além de o condenado poder reverter a pena em benefício para a comunidade, ao invés de criar mais despesas.

Devemos alterar a ótica vigente a aplicação de penas, pela qual o encarceramento é a principal forma de corrigir os delitos. A forma revanchista com que são aplicadas as penas em nada contribui para a recuperação dos encarcerados, pelo contrário tem tornado as prisões em grandes “barris de pólvora”.

Diante de tal quadro é que propomos a alteração do Código Penal para, a um só tempo, prever a possibilidade de cumprimento da pena por pequenos furtos com a prestação de serviços a comunidade e reduzir a demanda por mais vagas no sistema carcerário, com protagonistas de delitos pouco relevantes, mas ainda assim merecedores de punição.

Esse o contexto, buscamos o apoio de nossos Nobres Pares para remediar o que consideramos uma grave injustiça.

Sala das Sessões,

Senadora **ANA RITA ESGARIO**

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940.**Código Penal.**

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta a seguinte Lei:

PARTE GERAL
TÍTULO I
DA APLICAÇÃO DA LEI PENAL

Anterioridade da Lei

Art. 1º - Não há crime sem lei anterior que o defina. Não há pena sem prévia cominação legal.

Lei penal no tempo

Art. 2º -

.....

.....

.....

TÍTULO II
DOS CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO

CAPÍTULO I
DO FURTO

Furto

Art. 155 - Subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel:

Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa.

§ 1º - A pena aumenta-se de um terço, se o crime é praticado durante o repouso noturno.

§ 2º - Se o criminoso é primário, e é de pequeno valor a coisa furtada, o juiz pode substituir a pena de reclusão pela de detenção, diminuí-la de um a dois terços, ou aplicar somente a pena de multa.

§ 3º - Equipara-se à coisa móvel a energia elétrica ou qualquer outra que tenha valor econômico.

Furto qualificado

§ 4º - A pena é de reclusão de dois a oito anos, e multa, se o crime é cometido:

I - com destruição ou rompimento de obstáculo à subtração da coisa;

II - com abuso de confiança, ou mediante fraude, escalada ou destreza;

III - com emprego de chave falsa;

IV - mediante concurso de duas ou mais pessoas.

§ 5º - A pena é de reclusão de três a oito anos, se a subtração for de veículo automotor que venha a ser transportado para outro Estado ou para o exterior. [\(Incluído pela Lei nº 9.426, de 1996\)](#)

Furto de coisa comum

Art. 156 -

.....

.....

.....

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em decisão terminativa)

Publicado no **DSF**, em 17/02/2011.